

# ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

150 anos



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES  
1863-2013

Patrocinador oficial  
FUNDAÇÃO MILLENIUM BCP

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves  
Design gráfico: Flatland Design

Produção: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.  
Tiragem: 400 exemplares  
Depósito Legal: 366919/13  
ISBN: 978-972-9451-52-2

Associação dos Arqueólogos Portugueses  
Lisboa, 2013

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Os desenhos da primeira e última páginas são, respectivamente, da autoria de Sara Cura e Carlos Boavida.

Patrocinador oficial



Apoio institucional



# UMA *INSULA* EM VISSAIUM

Carla Santos / Arqueohoje, Ld.<sup>a</sup> / csantos@arqueohoje.com

Sónia Cravo / Arqueohoje, Ld.<sup>a</sup> / scravo@arqueohoje.com

Nádia Figueira / Arqueohoje, Ld.<sup>a</sup> / nfigueira@arqueohoje.com

## RESUMO

A intervenção arqueológica efectuada, em 2009/2010, num edifício do Centro Histórico de Viseu, permitiu colocar a descoberto os alicerces de uma habitação romana, datada dos finais do séc. I e inícios do séc. II d.C., provavelmente pertencente a uma *insula*. No presente trabalho destacamos o achado *in situ* de parte de um pavimento composto por tijolos em losango (*opus spicatum*), visível num dos compartimentos.

A descoberta desta estrutura, constituiu um contributo fundamental para a construção histórica do desenvolvimento urbano da cidade romana de Viseu. O facto de este edifício se encontrar próximo do traçado de um dos eixos principais da cidade, o *decumanus maximus*, apontado para a Rua do Gonçálinho, é consentâneo com a distribuição ortogonal da malha urbana.

## ABSTRACT

The archaeology intervention made in 2009/2010, in a building in Historic Center of Viseu, allowed to show the foundation of a roman house, dated from the end of first century to the beginning of the second century A.C., that probably belongs to an *insula*. In the present work we highlighted the finding in situ of part of pavement composed by lozenge bricks (*opus spicatum*), visible in one of the compartments.

The discovery of this structure, was a fundamental contribution to the historic construction and urban development in the roman city of Viseu. The fact that this building is located near the course of one of the main axis of the city, the “*decumanus maximus*” pointing to the Gonçálinho street, is in accordance to the orthogonal distribution of the urban tissue.

A cidade romana de Viseu tem sido, ao longo dos anos, alvo de inúmeros estudos e teorias no que respeita à sua importância e, sobretudo, à sua implantação e estruturação no espaço urbano. Desde os alvares do séc. XX que muito se têm conjecturado sobre a dinâmica urbana da cidade romana, com vários investigadores a debruçarem-se sobre a sua malha e os espaços limítrofes. Até então, os vestígios dessa presença romana, apesar de bem atestados, eram ainda poucos e desprovidos de um estudo científico mais aprofundado. Só a partir da década de 80 é que se iniciaram as primeiras escavações arqueológicas que levantaram a ponta do véu do potencial existente no subsolo da actual cidade, sendo progressivamente mais intensas a partir de 1997, e que de forma paulatina tem contribuído para uma visão arqueográfica dessa ocupação (Vaz & Carvalho, 2009, pp.31-33). Apontando como capital de *civitas*, com fundação de Augusto, Alarcão propunha ainda ser este o território dos *Interannienses*, (Alarcão, 1989, p.19). Espaço

de extrema importância, muito se debateu sobre qual o seu nome primitivo. À luz dos recentes achados, a descoberta de uma ara votiva, do séc. I d.C., cuja inscrição trouxe o nome do povo pré-romano que aqui habitava, os *Vissaiegi*, contribuiu para a reconstituição do topónimo pré-romano, *Vissaium* (Fernandes, Carvalho & Figueira., 2009, p.149-150).

Neste panorama de intervenções arqueológicas ocorridas no centro histórico de Viseu, resultantes de projectos de reabilitação e desenvolvimento de infraestruturas urbanas, destacamos aqui a descoberta dos alicerces de parte de um edifício, datado dos finais do séc. I e inícios do II d.C., aventando-se a hipótese de poder pertencer a uma *insula*. Este achado ocorreu durante a intervenção arqueológica preconizada no âmbito do projecto de reconstrução do edifício nº.70-72 da Rua da Prebenda, em Viseu (figura 1). Acção promovida pela Viseu Novo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana de Viseu, foi executada pela empresa Arqueohoje, entre Abril e Maio de 2009,

tendo-se prosseguido ao restauro e musealização das estruturas preservadas, em 2010.

O sítio localiza-se numa zona de pendente pouco acentuada, no sopé do morro da Sé, junto ao que seria uma das principais vias romanas da cidade, o *decumanus maximus*, correspondendo à actual Rua do Gonçálinho.

Os trabalhos iniciaram-se com abertura de uma sondagem arqueológica, de 5 m x 5 m, passando a escavação em área, após os resultados da sondagem terem revelado o topo de um muro e de um pavimento em *opus signinum*. Tendo em conta a área a ser afectada pelo novo projecto de construção do edificado (130 m<sup>2</sup>),urgia a necessidade de se proceder à intervenção da totalidade do espaço, a fim de se avaliar a potencialidade dos vestígios arqueológicos postos a descoberto na sondagem. Acrescentando à evidência dos factos, tínhamos já conhecimento prévio da existência de uma construção de época romana, no espaço confinado ao edifício adjacente, resultante da intervenção arqueológica realizada por Helena Frade, em 1997, aquando do projecto de reconstrução do mesmo. Esses resultados demonstravam uma dispersão arquitectónica, desse corpo edificado de época romana, para a área presente em estudo.

## OS RESULTADOS

No processo inicial de remoção dos primeiros níveis estratigráficos, identificaram-se algumas estruturas associadas à construção do edifício do séc. XIX, tais como canalização e embasamentos pétreos das paredes internas. No que se refere a estes embasamentos, verificou-se o seu assentamento directo sobre as estruturas romanas.

No decorrer dos trabalhos, o espaço intervencionado presenteou-nos com a excelente preservação dos alicerces de um edifício de cariz urbano, edificado dentro de uma gramática construtiva tipicamente romana.

Não obstante os constrangimentos espaciais desta intervenção, que dificultam uma leitura da dispersão arquitectónica do edifício, bem como as intrusões e destruições ocorridas em épocas mais recentes, foi-nos possível afigurar algumas considerações e delinear o traçado urbanístico para esta zona da cidade.

A hipótese do traçado do *decumanus maximus* a passar na Rua do Gonçálinho, situada a N-NE do presente sítio, está em consonância com a implan-

tação deste edifício, delineando um plano perfeitamente ortogonal da malha urbana.

De planta rectangular, o corpo edificado dispunha-se de NE-SO, sendo visíveis apenas dois compartimentos, com um terceiro a prolongar-se para NE, integrando as estruturas murárias descobertas por Helena Frade (a quem agradecemos a cedência da planta da sua intervenção), como havíamos já mencionado (figura 2). No caso em estudo, as construções apresentavam parte dos seus alicerces bem preservados, assim como o seu nível de circulação, com os pavimentos quase intactos.

Tecnicamente, esta casa exibia um aparelho em *opus incertum*, utilizando pedra irregular de granito, com apenas a parede a Este a assentar sobre um lastro de pedra irregular, de pequena e média dimensão, preservando-se ao longo de 11,72 m de comprimento e cerca de 1 m/1,22 m de largura. A fraca resistência do terreno parece justificar a construção deste embasamento, com o objectivo de conferir solidez e estabilidade ao assentamento do paramento, uma vez que se registou a tendência para a acumulação de águas e aparecimento de pequenas nascentes no solo, resultado da existência de níveis freáticos no subsolo. Assim, de forma a reforçar a fundação do edificado, o piso de circulação foi criado a cerca de 1 m/1,30 m acima do nível de base das paredes, cuja largura média é de 0,54 m.

A interpretação funcional dos dois compartimentos, bem como a articulação entre os mesmos é dificultada pela ausência de vestígios arquitectónicos e materiais, que testemunhem o espaço de circulação entre ambos. A única evidência arquitectónica é a soleira (com 2,12 m de comp.) do compartimento 2, perfeitamente centralizada, que daria acesso ao interior do complexo, partindo de um espaço que pressupomos ser de exterior (figura 3).

O compartimento 1 apresentava uma planta rectangular, dispersando-se numa área de 15,48 m<sup>2</sup> [4,30 m x 3,60 m]. Trata-se de uma divisão mais modesta, relativamente às restantes, exibindo um pavimento em *opus signinum*, preservado numa área de 2,56 m<sup>2</sup> [2,14 m x 1,20 m].

O compartimento 2 detinha apenas três das suas paredes originais, conservando-se apenas o arranque da parede Sul, visível na intersecção com a parede Oeste (muro 5), o que nos permitiu traçar o seu limite. Assim, esta divisão, de planta tendencialmente quadrangular, dispunha-se numa área de 22,98 m<sup>2</sup> [5,04 m x 4,56 m]. Este corresponderia a um espaço mais

distinto, com dimensões superiores ao primeiro, ostentando um magnífico pavimento, composto por pequenos tijolos em cerâmica, com a forma de losango, ou romboidais [8 cm x 5 cm x 3 cm], compondo um *opus spicatum* (figura 4), com tonalidades a variar entre o laranja, castanho claro, vermelho e cinzento. Por sua vez, estes assentavam sobre um conglomerado de argamassa compacta de tonalidade alaranjada, sobre a qual ainda era possível observar os negativos da colocação dos mesmos. Esta foi a que se manteve melhor preservada, relativamente aos pequenos tijolos, dos quais apenas se conservaram duas parcelas (respectivamente uma com 76 cm x 46 cm e a outra com 36 cm x 33 cm).

Apenas encontramos paralelos da aplicação deste tipo de pavimento no sítio do Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira), datado de época republicana (Pimenta, 2013, p. 36), com tijolos de dimensões consideravelmente superiores. Surgem ainda alguns destes elementos soltos em sítios igualmente de cronologia romana republicana e de cariz militar, nomeadamente o acampamento militar de Alto dos Cacos (Almeirim) (Pimenta, Henriques & Mendes, 2012, p. 63-64), Chões de Alpompe e Cáceres del Viejo (Fabião, 2004, p. 58). Refira-se ainda a presença destes tijolos na tipologia dos materiais cerâmicos de construção produzidos em Conimbriga (Correia & alii, 2004, p. 302).

A escavação dos níveis estratigráficos sob o pavimento permitiu a exumação de um fundo de *marmorata* e um fragmento de taça Drg.18/31 de *t.s.* sudgálica, bem como de uma moeda, tratando-se provavelmente de um *as* de Domiciano ou de Trajano<sup>1</sup> que aponta a datação desta construção para os fins do séc. I/inícios do II d.C.

Numa leitura diacrónica dos dados arqueológicos, determinou-se a existência de uma 2ª fase de ocupação do corpo edificado, materializada na transformação de um dos paramentos bem como da destruição parcial do pavimento em *opus spicatum*.

Esta fase resulta na remodelação da casa e não tanto na transformação arquitectónica.

O aparelho da parede Este (muro 1) exhibia duas fases construtivas distintas (figura 5), sendo a 1ª fase contemporânea à construção de todo o complexo edificado. Já nos finais do império, ocorreu um desmantelamento, desconhecendo-se se foi consequência

de uma demolição intencional ou desmoronamento accidental, permanecendo preservada a última fiada. Imediatamente sobre esta, ter-se-á procedido à sua reconstrução, destacada pela sua irregularidade e técnica construtiva, de certa forma atabalhoada e sem rigor arquitectónico, incorporando blocos graníticos de dimensões muito variáveis, com destaque para o reaproveitamento de um bloco de pedra aparelhada com um entalhe em U, possivelmente pertencente a um sistema de condutas primitivo. A recolha de fragmentos de *terra sigillata* hispânica e africana nos interstícios do paramento desta fase, remete-nos para o séc. III/IV.

A esta reestruturação associamos a recolocação de parte do pavimento do compartimento 2, com a aplicação de *opus signinum* (em Q. D5/E5/F5) sobre os níveis de preparação do *opus spicatum*, tendo-o destruído parcialmente e os seus tijolos usados para a colmatação dos interstícios da 2ª fase do muro.

O momento de desactivação deste edifício, ainda que pouco preciso, correspondeu ao momento da abertura de uma fossa de planta rectangular (2,60 m x 2,40 m), que atingiu cerca de 1,48 m de profundidade, realizada intramuros, no canto norte do compartimento 2, tendo por isso destruído parte do seu pavimento, bem como os níveis inferiores de assentamento. O propósito desta acção escapa-nos, mas teria ocorrido num momento de abandono, sendo que o seu aterro foi realizado de uma só vez, composto por um depósito de terras homogéneas que integram vários blocos de pedra de média dimensão, resultante do derrube dos muros envolventes, e inúmeros fragmentos de cerâmica, ainda de época romana, na sua maioria de construção (*tegulae* e *imbrex*). Deste enchimento destacamos ainda a inclusão de mais de uma centena de tijolos romboidais, provenientes da destruição do *opus spicatum*. Posto isto, e sem dados reveladores do momento exacto desta desactivação, apontamos a sua ocorrência ainda algures entre o séc. III/IV, imediatamente após à 2ª fase de ocupação do espaço.

De uma fase posterior, que ocorre após a abertura e aterro daquela estrutura negativa, encontrámos os vestígios de um outro nível de pavimento em *opus signinum*, colocado sobre o nível de enchimento da fossa, bem como do nível de preparação de assentamento dos losangos e da soleira do edifício primitivo. Infelizmente, não podemos conjecturar a dispersão de ocupação do espaço associado a esta fase, uma vez que o que possuímos são as reminiscências

1. Esta moeda foi tratada nos laboratórios do Museu Monográfico de Conimbriga e estudada pelo Dr. José Ruivo.

do nível de circulação, sem podermos perceber a existência de estrutura arquitectónica associada a este momento.

A conjugação da dispersão arquitectónica deste edifício com sua implantação geográfica leva-nos a colocar como hipótese de trabalho que este complexo pertença a uma *insula*, provavelmente implantada na área compreendida entre as actuais Rua da Prebenda e Av. Capitão Silva Pereira.

No caso em análise, pouco podemos aferir quanto à funcionalidade dos espaços. Habitação ou estabelecimento comercial? No entanto, o achado deste edifício constitui um contributo fundamental para a (re)construção do traçado urbano da cidade romana de Viseu. Tendo em conta os limites da muralha baixo-imperial (Vaz & Carvalho, 2009, p. 36), poderíamos estar perante um espaço onde se encontravam várias *insulae*, onde os cidadãos habitavam e estabeleciam as suas lojas comerciais, dando alma e vida a uma cidade em contínuo crescimento e desenvolvimento, tornando-a num centro urbano importante dentro da província da Lusitânia.

## BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Jorge de (1989) – *A Cidade Romana de Viseu*, Câmara Municipal de Viseu.

CORREIA, V. Hipólito; COROADO, J.; FERNANDES, L. da Silva; RUIVO, J.; TRIÃES, R. (2004) – Produção e difusão de cerâmicas industriais em Conímbriga e territórios limítrofes, *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones*. (Cáceres, 7, 8 y 9 de noviembre de 2002), Jean-Gérard Gorges, Enrique Cerrillo y Trinidad Nogales Basarrate (Eds.), pp. 297-320.

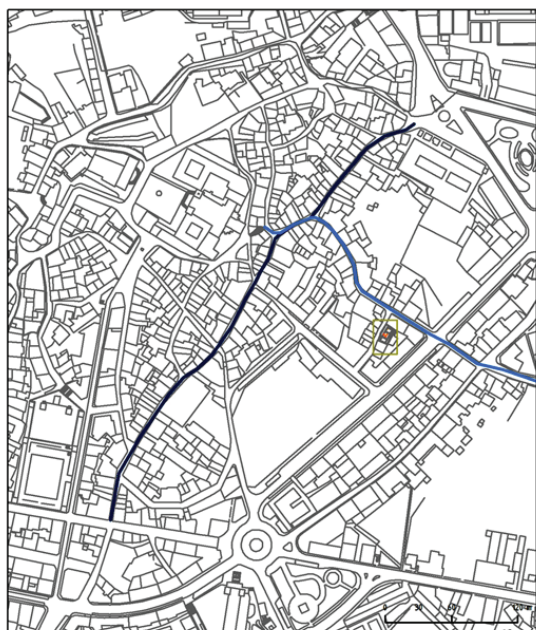
FABIÃO, C. (2004) – Arqueología militar romana da Lusitania; textos e evidencias materiais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*, Coords. Césareo Pérez-González y Emilio Illarregui. Salamanca, pp. 53-73.

FERNANDES, Luís; CARVALHO, P. S.; FIGUEIRA, N. (2009) – Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu, *Actas do X Colóquio Internacional sobre Línguas e Culturas Paleohispánicas, in Palaeohispanica 9*, pp. 143-155.

PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – O Acampamento romano do Alto dos Cacos – Almeirim. Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.

PIMENTA, J. (2013) – A Arquitectura do Monte dos Castelinhos. In *Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo)*. Vila Franca de Xira e a Conquista Romana do Vale do Tejo. Catálogo de exposição do MNA, pp. 31-42

VAZ, J. Inês e CARVALHO, P. Sobral (2009) – Viseu, a construção de um espaço urbano: do castro proto-histórico à cidade romana., *Viseu – cidade de Afonso Henriques*, Avis – Associação para o debate de ideias e Concretizações culturais de Viseu, pp. 31-46.



Planta de localização das estruturas romanas da Rua da Prebenda, n.º 70-72, Viseu R.P.B. 70-72.01.09

- Cardus Maximus
- Decumanus Maximus

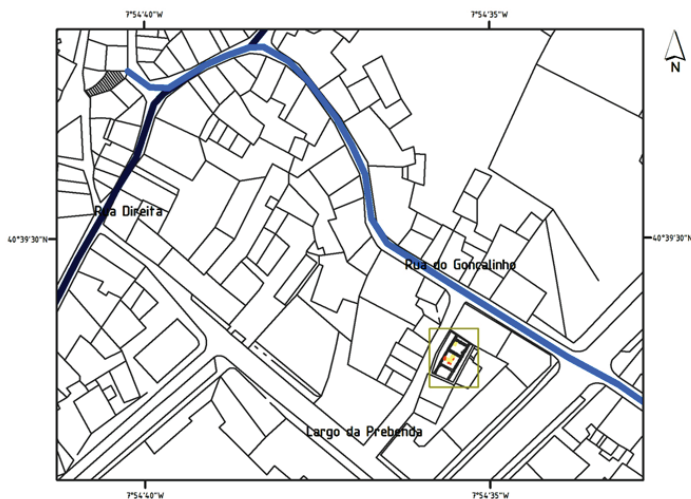


Figura 1 – Planta de localização das estruturas arqueológicas.



Figura 2 – Planta do corpo edificado, com as intervenções desde 1997 e 2009.



Figura 3 – Vista geral das estruturas romanas.



Figura 4 – Pormenor do opus spicatum.

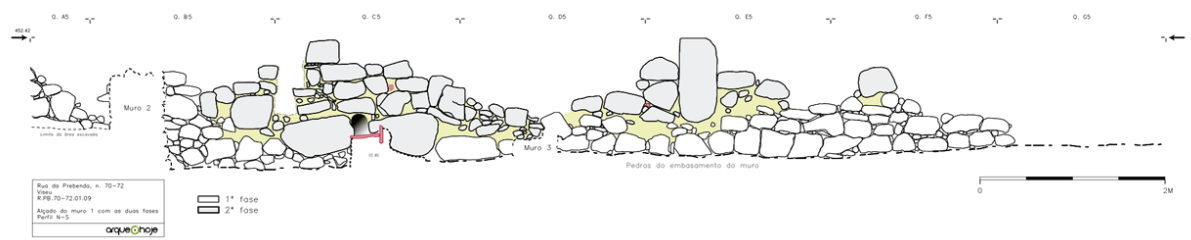
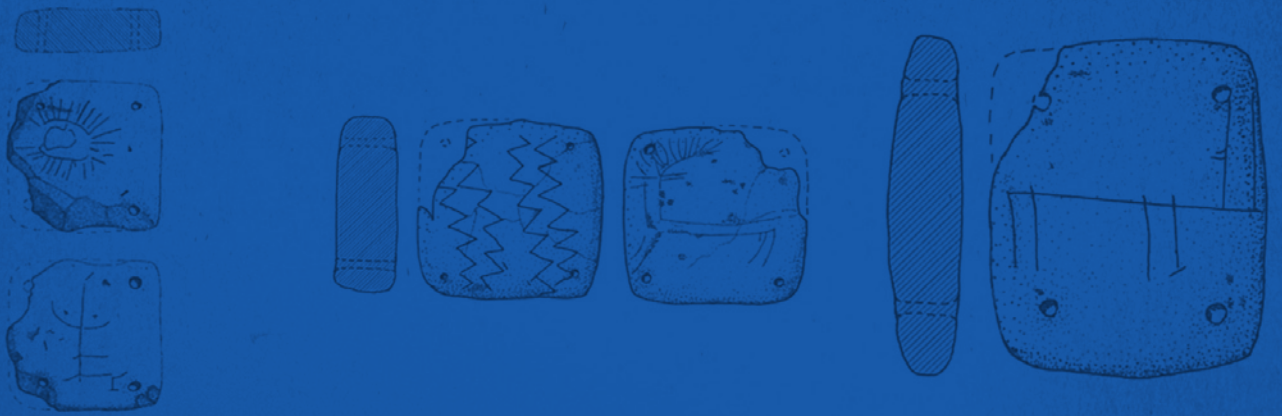
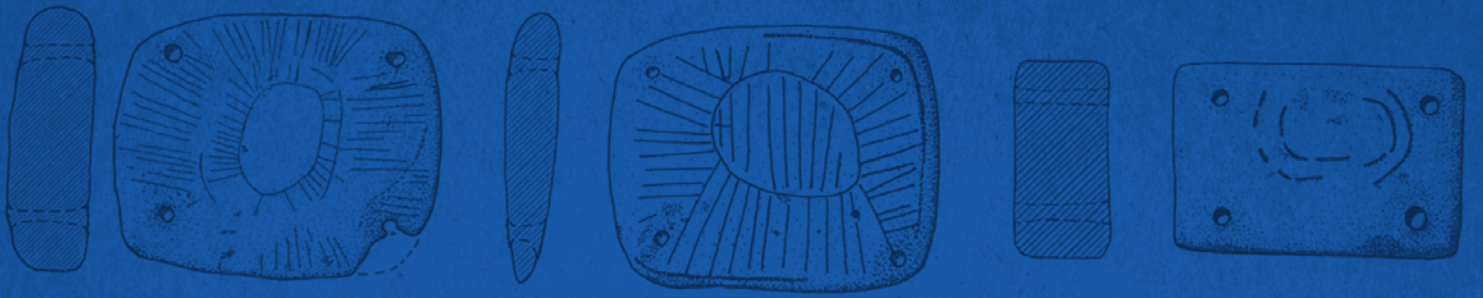
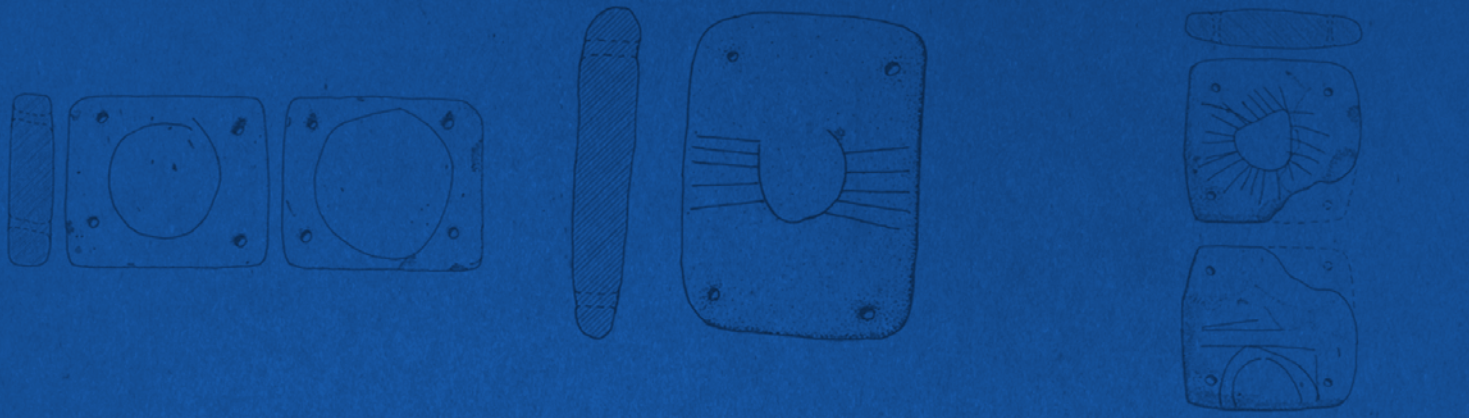


Figura 5 – Alçado do muro 1.



**AAP**  
ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES

Patrocinador oficial

Apoio institucional

FUNDAÇÃO  
**Millennium**  
bcp

**BNP**  
BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL

 GOVERNO DE  
PORTUGAL

  
Parques de Sintra  
Monte da Lua